

Direito à memória na semiosfera midiaticizada

Ronaldo Henn¹

O trabalho discute a possibilidade de constituição de extratos diferenciados de memória coletiva a partir de produções midiáticas periféricas de cunho afirmativo. Entende-se o fenômeno através da articulação de propostas como as de memória subterrânea, semiose, semiosfera e midiaticização da memória. Produtos como o documentário “Falcão, meninos do tráfico” são exemplares nestes novos tipos de operacionalização da memória por trazerem, sobretudo, possibilidades semióticas de segmentos da população que, via de regra, são condenados ao silenciamento.

Palavras-chave: jornalismo, memória, semiosfera.

The right to memory in the mediatized semiosphere. This paper discusses the possibility of constructing differentiated extracts from the collective memory on the basis of peripheral media productions of an affirmative nature. The phenomenon is examined and understood using proposals such as underground memory, semiosis, semiosphere and mediatization of memory. Products such as the documentary, “Falcão, meninos do tráfico” are examples of these new types of memory processing in that they bring, above all, semiotic possibilities to sections of the population that are usually condemned to silence.

Key words: journalism, memory, semiosphere.

El artículo discute la posibilidad de constitución de extractos diferenciados de memoria colectiva a partir de producciones mediáticas periféricas de cuño afirmativo. El fenómeno se comprende mediante la articulación de propuestas como las de memoria subterránea, semiosis, semiosfera y mediatización de la memoria. Productos como el documental “Halcón, los niños del tráfico” son ejemplares en esos nuevos tipos de operacionalización de la memoria por traer, principalmente, posibilidades semióticas de segmentos de población que, en regla, son condenados al silenciamiento.

Palabras-clave: periodismo, memoria, semiosfera.

¹ Professor do PPGCom/Unisinos. E-mail: henn@unisinos.br.

Entre os temas em pauta no debate sobre os direitos humanos na América Latina hoje destaca-se o *direito à memória* que se circunscreve basicamente à reivindicação da ampla disponibilidade dos arquivos acumulados pelos órgãos de repressão durante as ditaduras militares que assolaram o continente nas décadas de 1960 e 1970. Gostaria de estender esta questão para outro cenário: o direito à memória que populações historicamente marginalizadas deveriam orquestrar em relação ao que se produz sobre elas no sistema jornalístico. E, mais do que isso, as possibilidades hoje postas em proposições periféricas midiáticas de cunho afirmativo que, ao mesmo tempo em que se articulam no sentido de gerar outro tipo de visibilidade para além do confinamento às páginas policiais, também engendram diferentes segmentos de memória apontados para o futuro.

Das várias discussões que esta perspectiva de abordagem suscita, destaco, inicialmente, duas questões: primeiro, um debate que nasce na historiografia e aponta para níveis diferenciados de construção de memória coletiva, incluindo, sobretudo, as que caem na clandestinidade; segundo, a introdução do aparato midiático, não só como ambiente para o qual converge grande parte das relações sociais e privadas, mas também como dispositivos armazenadores de memórias que, de certa forma, devem contemplar as tensões já previstas pela história nos processos de captura e processamento de informações pregressas. Para fundamentar o entrelaçamento destes posicionamentos, recupero a compreensão semiótica dos fenômenos que envolvem o conceito de semiose oriundo das teorias de C. S. Peirce, a concepção de semiosfera costurada por Iuri Lotman e a confluência destas duas vertentes em uma perspectiva sistêmica que contempla os sistemas abertos dinâmicos fora do equilíbrio e suas processualidades diante da irreversibilidade do tempo.

Maurice Halbwachs (1990) pensa a memória coletiva como construção que se dá na interseção de diferentes forças que se consolidam, sobretudo, nas dinâmicas sociais. Tal processo implica as relações que os indivíduos estabelecem com o sistema social e ganha materialidade nas diversas configurações de linguagem, desde as que se estabelecem em plano mental até as que ganham corpo nos monumentos, que servem como ponto de referência para a estruturação da memória. Montesperelli (2004), por outro lado, além desta dimensão coletiva, enfatiza a dimensão individual da memória. Se a memória coletiva tira sua força e duração do fato de ter por suporte um grupo de pessoas, são os indivíduos que lembram, na condição de membros do grupo. Há diferenças de intensidade na qual esta memória, mesmo partindo de um

fundo de lembranças comuns, aparecerá no contexto do indivíduo. “Assim, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e esse ponto de vista muda conforme o lugar que o indivíduo ocupa no grupo e conforme as relações que mantém com outros meios sociais” (Bonin, 2005, p. 39).

Michael Pollak (1989), autor que se preocupa fundamentalmente com o que chama de *memória subterrânea*, destaca que Halbwachs, em vários momentos, também aponta para uma espécie de negociação que tenta conciliar memória coletiva e memórias individuais. Diante disso, e de uma perspectiva construtivista, Pollak salienta que não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas que são dotadas de duração e estabilidade. Esta abordagem vai se interessar primordialmente pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Nesta virada, entra em cena a história oral que vai privilegiar a análise de excluídos, marginalizados e minorias, grupos no interior dos quais se sedimentam memórias subterrâneas. Trata-se de um deslocamento da percepção da memória coletiva de Halbwachs, já que, através desta abordagem, acentua-se o caráter destruidor, uniformizador e opressor de uma memória coletiva nacional. Diante disso, Pollak acentua um caráter estrutural importante desta memória subterrânea para que se possa articulá-la a uma perspectiva sistêmica, como se fará adiante: “Essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise, em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa” (Pollak, 1989, p. 7). A questão que se coloca de imediato é: de que maneira esta memória proibida e clandestina imprime suas marcas na cena cultural midiática?

Ainda sem respostas para tal ponto, alinhavo outras considerações de Pollak no que concerne à idéia de memória em disputa. Inicialmente, esta questão estava posta para acontecimentos de grande monta, em que se acentua, via de regra, a oposição entre um Estado dominador e a sociedade civil. Por exemplo, o longo silêncio sobre um passado que se quer negligenciar por conta de experiências traumáticas, como é o caso dos horrores que normalmente são produzidos em Estados ditatoriais. Entretanto, este problema aparece com mais frequência nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante. Mas independentemente de que ordem elas se originam, essas lembranças coletivas são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas por esta mesma sociedade englobante.

Existem nas lembranças de um e de outras zonas de sombra, silêncios, não ditos. As fronteiras desses silêncios e não ditos com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. [...] A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (Pollak, 1989, p. 3 e 15).

Há nesta operação uma tensão vertiginosa entre o que se pretende entender como o “dentro e o fora”, na medida em que a memória se dá em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimentos e fronteiras sociais de coletividades de diferentes proporções. “Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso do Estado), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência” (Pollak, 1989, p. 3 e 15). Desta forma, o autor concorda com Henry Russo, para quem seria muito mais adequado falar de memória enquadrada, do que coletiva, já que todo o trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites e não pode ser construído arbitrariamente. “Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação. Recusar levar a sério o imperativo de justificação sobre o qual repousa a possibilidade de coordenação das condutas humanas significa admitir o reino da injustiça e da violência” (Pollak, 1989, p. 3 e 15).

Há, portanto, um discurso organizado em torno de acontecimentos e de grandes personagens que formam, ao longo do tempo, o enquadramento da memória que se solidifica em grandes monumentos.

Midiatização

Os dispositivos midiáticos formam hoje lugar privilegiado para os agenciamentos envolvendo a memória coletiva e, sobretudo, o enquadramento da memória. Constituindo-se em pólos de convergência das dinâmicas sociais, as mídias (sobretudo as de caráter jornalístico) armazenam informações que se convertem em fontes para historiografia, como também recuperam acontecimentos

pregressos podendo imprimir a eles novos enquadramentos. A hipótese do *agenda-setting*, oriunda das pesquisas em jornalismo, na revisão promovida pelos próprios proponentes (McCombs e Shaw, 1993), também adota o termo “enquadramento”. A postulação original aponta que os mídias noticiosos fornecem mais do que um certo número de notícias, mas também estipulam as categorias através das quais os consumidores podem tematizá-las. Desta forma, as pessoas elaboram seus conhecimentos sobre o mundo a partir daquilo que a mídia inclui ou exclui do seu próprio conteúdo. Ao mesmo tempo, a capacidade de influência da mídia sobre o conhecimento daquilo que é importante e relevante varia segundo os temas tratados. Em outros termos, os meios noticiosos podem não influenciar os receptores a ponto de determinarem aquilo que devem fazer, mas, com certeza, estabelecem os temas com os quais a sociedade se envolve e pensa durante algum período de tempo (Benton e Frazier, 1976). Além disso, o jornalismo enquadra os temas sobre determinados enfoques.

Há, pelo menos, dois níveis de memória neste processo. Um deles refere-se aos sentidos que determinados temas ganham na construção de opinião pública, cuja semiose, como se verá adiante, replica no tempo. O outro é constituído pelos próprios fatos noticiados transformados em fonte historiográfica ou mesmo do jornalismo no trabalho de reconstrução de fatos passados.

Por outro lado, na medida em que o jornalismo participa ativamente da construção social da realidade, é lógico pensá-lo como um grande produtor de memória coletiva. Traquina (2004) argumenta que, de uma concepção construcionista, torna-se impossível uma distinção radical entre realidade e os mídias noticiosos que deveriam refleti-la na medida em que estes próprios mídias atuam na constituição desta realidade. Mesmo que se desconsiderem as diversas interveniências do processo, só o fato do jornalismo poder incluir, excluir e hierarquizar os fatos segundo determinadas lógicas já o coloca como instância que dá forma ao que é *realidade relevante*. Do mesmo modo, todas as questões organizacionais do trabalho jornalístico e as culturas profissionais que se disseminam pelas redações são fatores que intervêm naquilo que os jornalistas entendem como notícia e mesmo realidade. Além disso, como diria Tuchman (1993), a notícia tem a sua própria realidade interna que se entende, neste trabalho, como a sua natureza semiótica que midiaticiza, portanto, a própria memória.

Outro fator importante de midiaticização é que a percepção espacial e temporal se transforma nos sucessivos desdobramentos tecnológicos. Walter Benjamin (1985) já atentava para este fenômeno em *A obra de arte na época de*

sua reprodutibilidade técnica, quando percebia alterações na percepção espacial a partir das possibilidades de montagem cinematográfica. Jiani Bonin (2005), ancorada em Martin Barbero (2002, 2004) e Andreas Huyssen (2000) chama a atenção para a necessidade de se pensar as transformações da memória em relação às mudanças da estrutura de temporalidade social e da experiência do tempo, “provocada pela complexa intersecção entre mudança tecnológica, mídia e novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade social” (Bonin, 2005, p. 40). Acrescenta-se a isso a constante obsolescência dos objetos cotidianos instituída pelo mercado, já pontuada por Abraham Moles (1986) ao tratar da estética do *kitsch*. Esta aceleração, entretanto, paradoxalmente estaria levando a um desejo de passado, “cujo sentido não se esgota na evasão, mas expressa a forte necessidade de tempos mais longos e materialidade de nossos corpos reclamando menos espaço e mais lugar” (Bonin, 2005, p. 42).

Outro dispositivo importante de memória midiaticizada está no acervo que cada um de nós vai construindo ao longo de sua vida em relação aos produtos midiáticos que consumimos. Este acervo tanto pode estar constituído por discotecas, videotecas, hemerotecas e outras situações de conservação de materiais, como nas lembranças de situações midiáticas que passam a fazer parte da nossa memória afetiva. Em termos peirceanos, estamos falando de semioses que tornam os processos semióticos potencialmente infinitos e, no conjunto da multiplicação das mídias, intensamente mais complexos.

Semiose e semiosfera

O signo só existe no contexto de uma semiose, que significa sua própria ação: há um objeto, fora dele, que determina a sua existência enquanto signo que, por outro lado, só se efetiva na produção do interpretante, outro signo que se gera na mente afetada pelo signo e que mantém a relação primordial com o objeto. O interpretante, assim que gerado, e sendo signo, terá condição de produzir outro interpretante e este, mais outro, sucessivamente. Estes novos signos gerados podem ser mais desenvolvidos em relação aos iniciais e propiciariam outros desvendamentos do objeto dinâmico. Desta forma, a semiose constitui-se em processo animado por uma meta, uma tendência: esgotar representacional e interpretativamente o objeto que desencadeou o movimento a partir de determinado signo

ou conjunto de signos. Processo esse que traz embutido um desgaste temporal.

Desta perspectiva, a função do signo não se restringe à tradicional questão da representação, aspecto que, acentua Fabri (2000), constituiria um dos maiores obstáculos para a semiótica. Mesmo que haja um tom excessivo neste posicionamento, o autor chama a atenção para um outro universo de interesse da semiótica que escaparia à noção convencional de texto, normalmente vinculada a uma visão dualística de representação. Na medida em que o signo só se efetiva na determinação de outro signo, por esta teoria ele só pode ser descrito na própria semiose, como um processo. Neste sentido, o signo não existe como entidade isolada, mas como um sistema de representação mediada a ser compreendido dentro de um sistema mais amplo de representação (Salles, 1992).

Nesta mesma direção, Ransdell (1977) percebe que o signo não se restringe a um átomo lógico, mas em um elemento de análise semiótica que configura ações complexas, cuja consideração pode tornar-se infinita. Os limites da investigação e da análise são determinados tanto pelas motivações para fazê-las (Hermes, 2005) como pela natureza do fenômeno escrutinado. De qualquer forma, o que interessa para a proposta desta reflexão é o caráter processual e sistêmico implícito no funcionamento da semiose, articulação que já venho de algum tempo desenvolvendo.

Se o signo tem a capacidade de gerar outro signo e só existe em função desta capacidade, há nele uma dinâmica autopoietica própria dos chamados sistemas abertos dinâmicos fora do equilíbrio, que fervilham nos sistemas vivos. E não se trata apenas de replicar: os interpretantes vão crescendo e ganhando outras desenvolturas. Exibem uma competência auto-organizacional própria deste tipo de sistema e com versatilidade impressionante exatamente nos sistemas culturais que, de outra perspectiva, formam os ambientes produzidos pelas semioses.

Quando se descreve a semiose como processo que envolve signos que geram outros sucessivamente, pode-se imaginar uma linearidade que em nada corresponde à sua efetiva dinâmica. O que temos são processos multifacetados, que podem ter desdobramentos sincrônicos imprevisíveis e altamente conflitantes. Um megassigno como a cobertura noticiosa de determinado acontecimento afetará uma quantidade considerável de mentes que não processarão, necessariamente, o mesmo interpretante. De acordo com o repertório, competências interpretativas ou observação colateral, como preferia Peirce, mesmo que haja enquadramentos prévios nas próprias configurações das notícias, os interpretantes por elas gerados podem conter

percepções até mesmo conflitantes dos objetos noticiados. Pode-se falar, inclusive, em guerra de sentidos.

Por outro lado, esta imprevisibilidade termina se circunscrevendo a determinados contextos que as próprias operações auto-organizacionais instituem. Códigos vão se estabelecendo gerando formatos e linguagens específicos que impõem certos limites à semiose. Limites esses que não são definitivos, graças à dimensão icônica dos sistemas, seu patamar de caoticidade, de onde podem emergir transgressões e novidades. Em outro trabalho (Henn, 2005a), situava a semiose como processo de geração de signos multidirecional e simultâneo que, dependendo do fundamento e do suporte em que o signo se constitui, corresponderá a um complexo sígnico com infinitas possibilidades de interpretantes que oscilam entre a conservação e a inovação. Trata-se de um fenômeno que se dá no fluxo do tempo, inclusive como probabilidade. À medida que ela avança, vai *gerando memória*, concentrando presente, passado e futuro.

Mesmo que, conforme proposição de Pollak (1989), haja memórias subterrâneas que dormitam no esquecimento, diante de determinadas circunstâncias elas podem aflorar. Basta que um conjunto de signos seja acionado no desencadeamento de novas semioses, possibilitando, inclusive, outras versões da história: os objetos dinâmicos, fora que estão dos signos mas, ao mesmo tempo, sendo determinantes na sua existência, mantém o motor semiótico em potencial movimento.

Do âmbito do jornalismo, a produção de notícias configura-se como semiose complexa, movimentada por interpretantes que já se estabelecem na própria construção do acontecimento. Ao se transformarem em notícias propriamente ditas, além de darem forma às ocorrências, trazem embutidas as interveniências produtivas e os circunstanciamentos dos códigos que regem a atividade, que vão desde os critérios de noticiabilidade e valores notícias até as próprias normas de redação e edição do texto jornalístico. É a partir da sua veiculação, estão aptas a produzir interpretantes diversificados, materializados pela formação de opinião sobre determinados episódios e até mesmo pela geração de ações concretas na sociedade. A produção jornalística, portanto, converte-se em privilegiado espaço de construção de memória coletiva midiaticizada, com todas as implicações semióticas e históricas já abordadas.

Agrega-se, a esta abordagem, outra formulação semiótica proposta por Iuri Lotman: a construção da semiosfera. O termo designa o espaço semiótico fora do qual não é possível o processamento de qualquer semiose e, portanto, engloba o conjunto das dinâmicas culturais. Trata-se de uma estrutura complexa e heterogênea que

joga continuamente com o espaço que lhe é externo. Nesta dinâmica, a cultura não só constitui sua organização interna, mas também sua degeneração externa, o que sugere que a cultura vai explodindo seu território continuamente.

Para Lotman (1999), a questão fundamental de todo o sistema semiótico reside na relação deste sistema com o extra-sistema, com o mundo que existe para além dos seus limites. Em outros termos, isso implica uma relação entre estática e dinâmica, ou seja, implica a questão a respeito de que maneira o sistema pode desenvolver-se permanecendo o mesmo.

A fronteira que separa o mundo cerrado da semiose e a realidade extra-semiótica é, segundo Lotman (1999), penetrável. Ela se acha constantemente atravessada por incursões de elementos provenientes de esferas extra-semióticas, que irrompem e levam consigo a dinâmica. Eles transformam este espaço ao mesmo tempo em que são transformados segundo suas leis.

Contemporaneamente, o espaço semiótico expulsa estratos inteiros de cultura. Formam fralda de resíduos para irromper novamente na cultura, a ponto esquecidos que podem ser percebidos como novos. O intercâmbio com a esfera extra-semiótica constitui uma inesgotável reserva de dinamismo (Lotman, 1999, p. 169).

O pensamento lotmaniano está imbuído de uma perspectiva sistêmica que trata dos sistemas abertos dinâmicos fora do equilíbrio. Do espaço disperso e caótico, designado como extra-sistêmico e, em cujas fronteiras, desencadeiam-se verdadeiras operações de traduções, configura-se, de forma auto-organizacional, um sistema cultural com dinâmicas próprias. Pode-se falar em semioses hegemônicas, que zelam pela permanência e manutenção do sistema, a ponto de expurgarem para o espaço extra-sistêmico, extratos ameaçadores. Entretanto, a entropia pode atingir patamares críticos convulsionando o sistema. Irrompem, na semiosfera, a *guerra de interpretantes*, ou a disputa de memórias, como prefere Pollak.

Esta observação de Lotman é significativamente esclarecedora da abordagem aqui adotada:

Um dos fundamentos da semiosfera é sua heterogeneidade. Sobre o eixo do tempo (grifo meu), coexistem subsistemas cujos movimentos cíclicos possuem diferentes velocidades. Muitos sistemas se chocam com outros e mudam de repente seu aspecto e sua órbita. O espaço semiótico se encontra tomado de fragmentos de variadas estruturas que conservam estavelmente em si a memória do sistema inteiro e. caindo em espaços

estranhos, podem, de improviso, reconstituir-se impetuosamente. Os sistemas semióticos dão prova, chocando-se na semiosfera, de tal capacidade de sobrevivência e transformação, e de valores outros, como Proteo, permanecendo eles mesmos, que convém falar com muita prudência do desaparecimento de qualquer coisa neste espaço (Lotman, 1998, p. 159 e 160).

Lotman e Uspenskii (1981), em trabalho produzido nos primórdios da década de 1970, chamavam a atenção de que cultura, antes de tudo, é memória e relaciona-se, necessariamente, com a experiência histórica passada.

No momento de sua aparição, portanto, uma cultura não pode ser constada enquanto tal: adquire-se plena consciência dela post factum. Quando se fala da criação de uma nova cultura, verifica-se uma inevitável antecipação: entende-se, noutros termos, aquilo que, segundo se supõe, se tornará memória, do ponto de vista dum futuro reconstruível (e só o futuro, naturalmente, será capaz de demonstrar a legitimidade de tal conjectura). Deste modo, um programa de comportamento intervém como um sistema invertido: o programa olha para o futuro do ponto de vista de quem o elabora; a cultura, ao invés, olha para o passado do ponto de vista da realização de um comportamento (programa) (Lotman e Uspenskii, 1981, p. 41).

Por conta disso, a definição de cultura como memória da coletividade implica um sistema de regras semióticas segundo as quais a experiência de vida da espécie humana se converte em cultura. E para Lotman e Uspenskii, estas regras podem ser tratadas precisamente como programas. Em *Cultura e explosão*, sua obra derradeira, Lotman (1999) vai destacar o caráter mutável deste programa no contraponto entre o parâmetro sistêmico da permanência frente à entropia. Ele reforça a hipótese de que não existem estruturas semióticas totalmente estáveis, imutáveis. E, portanto, a fronteira que separa o mundo fechado da semiose da realidade extra-semiótica é penetrável.

É preciso pensar estes processos no contexto das mídias. Muniz Sodré (2002) fala da emergência de um *bios midiático*, ou *ethos* midiaticizado, que funciona segundo as regras econômicas e tecnológicas do capitalismo avançado. Prefiro entender o fenômeno da percepção de que as mídias configuram novas estruturas (no sentido sistêmico) processadoras de semioses que, ao mesmo tempo em que imprimem regras diferentes, elas estão, de alguma maneira, associadas aos fundamentos auto-organizacionais que dinamizam a cultura como um todo.

Essa preocupação aparece vivamente no extraordinário trabalho de Mônica Rebeca Nunes (2001) que, entre outras coisas, assinala as condições necessárias para a cultura ser considerada memória, da perspectiva de Lotman, e o modo de funcionamento da cadeia evolutiva biotecnocultural, prevista pelo neodarwinista Richard Dawkins, “o que não deixa de significar a construção da memória da espécie e da cultura, lugar em que se inscreve a memória midiática” (Nunes, 2001, p. 65). Através de um engenhoso software que permitia que imagens sintéticas se replicassem nos mesmos padrões da seleção natural, o biólogo aponta para mapeamentos isomórficos entre processos que se dão nos sistemas vivos e sistemas artificiais com algum grau de complexidade. Mônica Nunes transfere estas constatações para o território da mídia que implica a seguinte proposição: os dispositivos midiáticos, constituindo-se como sistemas auto-organizacionais, tendem a replicar sua estruturalidade com vistas à permanência. Ao mesmo tempo, são dispositivos de organização e construção da memória cujas lógicas se atravessam das regras que animam o sistema cultural como um todo. Trata-se, portanto, de um território de hegemonias e disputas no qual produção e memória se entrelaçam.

Direito à memória

Como os sistemas midiáticos são complexos empresariais de grande monta, a *organização e construção desta memória* alinham-se à tradicional perspectiva dos *vencedores*. Os segmentos sociais historicamente marginalizados e excluídos aparecem nos produtos de mídia sob determinados enquadramentos que raramente correspondem à organização semiótica destas comunidades. Por mais bem intencionados que sejam os produtores de mídia, há um inevitável ruído por conta das regras sedimentadas nos sistemas socioculturais a que pertencem.

Há, da mesma forma, uma série de silenciamentos a que segmentos mais marginalizados são submetidos. No noticiário policial, impera uma perspectiva de segurança pública de proteção da classe média. A população mais pobre tende a ser vista como inimiga em potencial. Suas mortes são noticiadas de forma sordidamente replicante: corpos encontrados sem direito à identidade; montanhas de corpos jogados no IML; montanha de corpos enterrados como indigentes.

É desta perspectiva que gostaria de evocar aqui o direito à memória indicado no início do texto. Ela se refere a segmento que estariam abaixo de uma linha do trauma que forma a agenda dos direitos humanos, considerando-se os megaacontecimentos que geram memórias subterrâneas. Parto do pressuposto de que existem grandes extratos de memória coletiva que são midiaticizadas de formas enviesadas a ponto de algumas delas habitarem uma zona de implacável silenciamento. Ou seja, dispersam-se em espaços extra-semiótico-midiáticos, mas que, de quando em quando, irrompem as fronteiras do sistema. Recentemente, percebe-se este fenômeno no Brasil através de uma espécie de produção midiática afirmativa, através da qual comunidades marginalizadas apropriam-se dos aparatos tecnológicos de mídia para imprimirem sua própria lógica na cena cultural.

Os rappers MV Bill e Celso Ahayde, ambos oriundos da favela Cidade de Deus, produziram documentário em que retrataram crianças e adolescentes que trabalham para o narcotráfico. O trabalho de pesquisa cobriu praticamente todas as principais regiões metropolitanas do Brasil. Como os dois possuem familiaridade com os códigos constituídos nestas situações de extrema vulnerabilidade e com o fato de Bill, até então à margem da grande mídia, ser reconhecidamente ídolo nestes segmentos da população, os meninos prestaram depoimentos sem muitas barreiras. Depois de demoradas negociações, exatamente por temerem aproveitamento inadequado de todo este esforço, a Rede Globo exibiu o documentário dentro do programa *Fantástico*. Com o nome *Falcão, meninos do tráfico*, o trabalho ocupou mais de uma hora da revista dominical proporcionando fenômeno semiótico interessantíssimo.

A fala crua, sem rédeas, dos meninos instituiu uma série de informações novas, desde a ritmicidade e entonação dos depoimentos, até a sua brutal realidade. Este documentário, no interior do *Fantástico*, rompeu, em pelo menos uma hora e meia, o formato padrão da Rede Globo mesmo que, no fechamento, a emissora tenha produzido um quadro com depoimentos de escritores, aí já dentro do enquadramento replicante do programa. Ao mesmo tempo, pelas suas condições de produção, este trabalho fez alguma coisa que o jornalismo convencional jamais conseguiria fazer. Iniciativas como estas geram outros nichos de memórias, impõem seu compartilhamento.

Agora se, isoladamente, o documentário produz efeito potencialmente explosivo, a visibilidade conquistada por um dos seus autores, o MV Bill, já começa se diluir no rotineiro enquadramento global. Uma semana depois de exibido, o rapper aparece no *Domingão do Faustão*, também exibido na parte vespertina dos domingos pela mesma

emissora, junto ao único remanescente vivo entre os garotos entrevistados do documentário, que cumpria pena em regime semi-aberto. Como no depoimento, ele anunciava que seu grande desejo era o de trabalhar em um circo, no Faustão sua situação começou a ganhar contornos do *formato Cinderela*. No domingo dedicado ao Dia das Mães, lá estava o rapper novamente agora para falar das mulheres que superavam dificuldades imensas na Cidade de Deus. A figura de Bill não parecia mais ameaçar o padrão Globo. Em trabalho de 2004 (Henn, 2004), eu havia analisado a primeira aparição de Bill no *Domingão do Faustão* e chamado a atenção para o conflito semiótico que ali se estabelecia e já percebia a força do enquadramento.

De qualquer forma, a possibilidade de produções desta natureza tomar de assalto a mídia hegemônica possui um grande significado na cena cultural contemporânea. Através delas, a luta dos signos e a emergência de novos dispositivos de memória coletiva continuam mais vivas.

Referências

- BENJAMIN, V. 1985. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, vol. 1. São Paulo, Editora Brasiliense, 222 p.
- BENTON, M. e FRAZIER, P.J. 1976. The agenda-setting function of mass media at three levels of information molding. *Communication Research - An International Quarterly*, 3(3):261-274.
- BONIN, J. 2005. Mídia e memórias: elementos para pensar a problemática das memórias étnicas midiaticizadas. *Logos*, 1:38-50. [Edição especial]
- FABRI, P. 2000. *El giro semiótico*. Barcelona, Gedisa Editorial, 160 p.
- HALBWACHS, M. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 180 p.
- HENN, R. 1996. *Pauta e notícia, uma abordagem semiótica*. Canoas, Ed. Ulbra, 120 p.
- HENN, R. 2002. *Os fluxos da notícia*. São Leopoldo, Ed. Unisinos, 124 p.
- HENN, R. 2004. A dimensão semiótica da violência. In: Intercom, NP 15, Porto Alegre. Porto Alegre, PUCRS, CD-ROM.
- HENN, R. 2005a. A semiodiversidade diante da irreversibilidade do tempo. In: Intercom, NP 15, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UERJ, CD-ROM.
- HENN, R. 2005b. Semioses jornalísticas e perspectivas metodológicas. In: SBPjor, 3, Florianópolis. Florianópolis, UFSC, CD-ROM.

- HENN, R. 2005c. Crime in media: An interdisciplinary research. *Brazilian Journalism Research*, 1(2):159-176.
- HENN, R.; OLIVEIRA, C.; CONTE, M. e WOLFF, M.P. 2006. *Criminalidade e as (trans) mutações na cidade*. Relatório de pesquisa. São Leopoldo, Unisinos, 98 p.
- HENN, R. e OLIVEIRA, C. 2004. Criminalidade e notícias nos jornais de Porto Alegre. In: SBPJor, 3, Salvador. Salvador, UFBA, CD-ROM.
- HERMES, G. 2005. *Atravessando fronteiras entre arte, jornalismo e produção*. São Leopoldo, RS. Tese de doutorado. UNISINOS, 740 p.
- HUYSEN, A. 2000. *Seduzidos pela Memória - Arquitetura, Monumentos, Mídia*. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, 120 p.
- LOTMAN, Y. 1999. *Cultura y explosión: lo previsible en los procesos de cambio social*. Barcelona, Gedisa Editorial, 238 p.
- LOTMAN, Y.; USPENSKII, B. e IVANOV, V. 1981. *Ensaio de semiótica soviética*. Lisboa, Horizonte Universitário, 274 p.
- MARTÍN BARBERO, J. 2002. Tecnicidades, identidades e alteridades: des-ubicaciones y opacidades de la comunicación en el nuevo siglo. *Diálogos de la Comunicación*, 64:8-23.
- MARTÍN BARBERO, J. 2004. Razón técnica e razón política: espacios/tiempos no pensados. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 1:22-37.
- McCOMBS, M. e SHAW, D. 1993. The evolution of agenda-setting research: Twenty-five years in the marketplace of ideas. *The Journal of Communication*, 43(3):58-67.
- MOLES, A. 1986. *O Kitsch*. São Paulo, Perspectiva, 232 p.
- MONTESPERELLI, P. 2004. *Sociología de la memoria*. Buenos Aires, Nueva Visión, 192 p.
- MORIN, E. 1998. *O método 4: As idéias*. Porto Alegre, Sulina, 320 p.
- NUNES, M.R.F. 2001. *A memória na mídia*. São Paulo, Annablume, 166 p.
- OLIVEIRA, C.S. de. 2001. *Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade*. Porto Alegre, Sulina, 256 p.
- PEIRCE, C.S. *Collected papers*. Cambridge, Harvard University Press, 8 vols.
- PEIRCE, C.S. 1984. *Peirce*. São Paulo, Abril, 296 p. (Os pensadores, XXXVI).
- POLLAK, M. 1989. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3):3-15.
- PRIGOGINE, I. 1976. Order through fluctuation: Self-organization an social system. In: E. JANTSCH e C.H. WADDINGTON (eds.), *Evolution and consciousness: Human systems in transition*. Massachusetts, Addison-Wesley, p. 93-126.
- PRIGOGINE, I. 1996. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo, Unesp, 200 p.
- RANDELL, J. 1977. Some leading ideas of Peirce's semiotic. *Semiotica*, 19:157-178.
- SALLES, C. 1992. *Crítica genética*. São Paulo, Educ, 94 p.
- SODRÉ, M. 2002. *A antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear em rede*. Petrópolis, Vozes, 268 p.
- TRAQUINA, N. 2004. *Teorias do jornalismo*. Florianópolis, Insular/UFSC, 224 p.
- TUCHMAN, G. 1993. A objetividade como ritual estratégico. In: N. TRAQUINA (org.), *Jornalismo: questões, teorias, histórias*. Lisboa, Veiga, p. 74-90.

Submetido em: 07/12/2006
Aceito em: 07/12/2006